



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 053

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 34, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1984-CN (Mensagem nº 104/84, na origem; nº 39/84-CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.358.687.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil cruzeiros), para o fim que especifica".

Relator: Deputado Nilson Gibson

O Senhor Presidente da República, nos termos do § 2º do art. 51 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que concede autorização ao Poder Executivo para abrir ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.358.687.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil cruzeiros), destinado ao projeto de reforma do Instituto Na-

cional do Câncer, sob o Código Orçamentário 2517.13754285.680.

2. Segundo a Exposição de Motivos subscrita pelo Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que acompanha a Mensagem presidencial, a proposição decorre de pleito do Ministério da Saúde para abertura do crédito especial proposto, com a destinação especificada, "visando incluir no orçamento do órgão, de acordo com o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.754/79, recursos de operação de crédito em moeda (Fonte 46) oriundos de financiamento CEF/FAS, não previstos na Lei Orçamentária de 1984)".

A citada operação de crédito foi financiada pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, por contrato realizado, em 1982, com a Caixa Econômica Federal, correspondendo a 180.200 ORTN, nos termos constantes do Processo FAS nº 4.885/82, examinado e aprovado pela Secretaria de Planejamento.

Adverte-se, outrossim, que as liberações dos recursos dessa operação de crédito têm sido feitas parceladamente pela Caixa Econômica Federal, ultrapassando o período do exercício financeiro ao qual foi programado, o que impõe a abertura de crédito especial, tendo em vista as repetidas atualizações das ORTN.

3. Bem examinada a matéria, constata-se a observância das normas constitucionais e legais pertinentes, em particular da alínea c do § 1º do art. 61 da Constituição, o art. 43, caput, e o item IV do seu § 1º da Lei nº 4.320, de 1964.

Ante as razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 1984-CN.

Este, o parecer.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1984. — Senador **Mário Maia**, Presidente — Deputado **Nilson Gibson**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Deputado **Ângelo Magalhães** — Senador **Almir Pinto** — Senador **Mauro Borges** — Deputado **Francisco Rollemberg** — Senador **Jutahy Magalhães** — Senador **Jorge Kalume** — Senador **Gastão Müller** — Deputado **Oscar Alves**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 110ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — 35º aniversário da República Federal da Alemanha

DEPUTADO WALL FERRAZ — Pleito formulado ao Presidente Aureliano Chaves pela Bancada do PMDB do Estado do Piauí, em favor da revisão dos percentuais estabelecidos pelo INCRA, na cobrança do Imposto Territorial Rural. Reparos sobre noticiário do jornal *Última Hora*, a respeito da posição de S. Exª sobre o momento político nacional.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Reivindicação dos trabalhadores brasileiros em favor da redução, para 40 horas, da semana de trabalho.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Pronunciamento do Sr. Governador do Estado de São Paulo, em favor das eleições diretas já.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Observações sobre entrevista concedida pelo Secretário Roberto Gusmão, do Estado de São Paulo, em face das críticas formuladas sobre a atuação do grupo pró-diretas.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Comportamento que vem sendo adotado pela Secretaria Geral do PMDB, face o atual momento político.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Críticas ao encontro mantido por Deputados do PMDB, com o Presidente Aureliano Chaves.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Noticiário de órgãos da Imprensa, a respeito da visita realizada à Rússia pelo Governador do Estado do Pará.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Decisão de S. Exª em não comparecer na reunião do Colégio Eleitoral que elegerá o próximo Presidente da República. Observações à entrevista concedida pelo Sr. Roberto Gusmão, Secretário de Governo do Estado de São Paulo, à revista *Veja*.

DEPUTADO VICENTE QUEIROZ — Integridade e austeridade com que se conduz o Governador

Jader Barbalho, no trato dos assuntos afetos ao engrandecimento do Estado do Pará, face a discurso pronunciado pela Srª Lúcia Viveiros, na presente sessão.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Necessidade de um maior entendimento entre as Lideranças Opositoristas, visando as negociações com o Governo.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Reivindicações da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Documento elaborado pelo comando nacional da greve das professoras, intitulado **Proclamação à opinião pública**.

1.2.2 — Ofício

De Presidente de comissão mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer de matéria que menciona. **Deferido**.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Mensagem Presidencial nº 16/84-CN (Nº 503/83, na origem), através da qual o Senhor Presidente da

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos territórios Federais, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer oral proferido pelo Sr. Nilson Gibson, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 27/84-CN, ficando a **votação adiada** por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 111ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Homenagem póstuma ao Marechal Henrique Teixeira Lott.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, no sentido de antever às reivindicações do Diretor-Geral do Instituto Butantã.

DEPUTADO SAMIR ACHOA — Observações sobre o comportamento adotado pelo Governador Franco Montoro, no ato de nomeação do novo Secretário de Educação do Estado de São Paulo.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Carta do Rotary Clube de Barra Mansa-RJ, apelando às auto-

ridades policiais para que coibam a onda de violência que se verifica naquele município.

DEPUTADO JORGE CARONE — Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/84, de iniciativa de S. Exª, que proíbe aumentos superiores à elevação do salário mínimo, nos casos que especifica.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Considerações sobre processo de punição do Deputado Jacó Lopes, em curso no PMDB de São Paulo.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Telegrama enviado por S. Exª ao Senhor Presidente Aureliano Chaves, solicitando providências que visem apurar notícias sobre a existência de vultosos depósitos em dólares, por parte de brasileiros, em bancos suíços.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Encontro das lideranças da lavoura orizícola, para tratar dos incentivos à agropecuária, prometidos pelo então Ministro Amaury Stabile, por ocasião da eliminação do subsídio ao crédito agrícola.

2.2.2 — Requerimento

Nº 6/84-CN, de presidente de comissão mista, solicitando nova prorrogação do prazo para apresentação de parecer. **Aprovado**.

2.2.3 — Ofício

De presidente de comissão mista, solicitando prorrogação do prazo para apresentação de parecer. **Deferido**.

2.2.4 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Lélío Souza e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.5 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 35 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 112ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MAIO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Edison Lobão e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Deputado Joacil Pereira, proferido na sessão de 16 de maio de 1984 (Repúblicação).

Ata da 110ª Sessão Conjunta, em 23 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Al-

berto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró —

Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRs. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Hélio Correia — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Alai Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Safeir — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roesemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Salles Leite — PDS; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben-Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 185 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ocorre hoje o 35º aniversário da República Federal da Alemanha, lembrando a data a promulgação da Lei Fundamental, qual seja a Constituição que, em maio de 1949, instituiu um marco para a renovação política, social e econômica da Alemanha livre.

Apenas não se comemora esse evento como data nacional, na República Federal da Alemanha, porque o país continua dividido e a nação germânica ainda não se reunificou.

Também hoje a República Federal da Alemanha elege o seu novo presidente, com mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Elege-se o presidente lá, pela forma indireta, mas sem casuísmos ou "biônicos", escolhido por 1.038 membros da Assembléia Federal, que tem legitimidade para dita escolha. Integram essa Assembléia Federal, em partes iguais, por todos os deputados do Parlamento Federal e, por deputados estaduais, de 12 Estados, eleitos pelas Assembléias Legislativas.

Mas a data de hoje, marcando o 35º aniversário da República Federal da Alemanha, sem dúvida, é um marco expressivamente grato para o mundo e para o Brasil, a se considerar a significação alemã para o mundo e para o Brasil. O valor do povo alemão deu em todos os tempos, e dá ainda hoje, depois de reconstruída, a dimensão da nação alemã. Um país destruído pela guerra recompôs-se pelo trabalho e sentido de responsabilidade, marcas constantes na personalidade alemã. A República Federal alemã se projeta hoje no mundo, ressurgida das cinzas da guerra, sendo, inclusive, um parceiro e nação amiga do Brasil. A inteligência e o trabalho são dois traços característicos dos alemães em todos os tempos.

A esta grande nação, a República Federal da Alemanha — a parte livre da Alemanha, que aspira à exclusão da violência, que dá lições de trabalho e da mais alta capacidade, os nossos cumprimentos neste 35º aniversário de sua Carta Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wall Ferraz.

O SR. WALL FERRAZ (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Nordeste, especialmente o Piauí, passou por seis anos de seca e agora tem uma estação invernal prolongada, que está provocando calamidades públicas e enchentes. É a ocasião em que o Governo Federal deveria prestar uma assistência maior, não mais aos setores de frente de serviço, mas através das áreas creditícia e fiscal. No entanto, verifica-se em meu Estado, que o Banco do Brasil, que fazia uma aplicação de 0,7% do total dos recursos aplicados no País — esta era a pequena parcela dirigida para o Piauí — reduziu-a para 0,5%, provocando assim uma de-

fasagem muito grande nos setores produtivos do Estado. Por outro lado, o Governo Federal, no seu afã de aumentar impostos, elevou as taxas do INCRA em mil por cento para os proprietários, que tiveram suas propriedades praticamente aniquiladas pelas secas, que, hoje, podemos assim dizer, não têm nenhum valor, encontrando-se eles, portanto, em tremendas dificuldades. Por esta razão, Sr. Presidente, a bancada do PMDB esteve ontem com S. Ex^a, o Sr. Presidente da República Aureliano Chaves, solicitando do mesmo providências a respeito do que foi exposto. S. Ex^a, pragmaticamente, iniciou as medidas necessárias para corrigir essas distorções, principalmente quanto ao pagamento de impostos pelos proprietários rurais do Nordeste brasileiro. Proporá S. Ex^a ao Presidente Figueiredo a suspensão, por três anos, das taxas do INCRA. Mas, Sr. Presidente, para surpresa minha, nessa reunião de caráter administrativo com o Deputado Cid Moreira Lima e Heráclito Fortes, vejo no jornal *Última Hora* meu nome citado entre os Deputados moderados do PMDB, que foram, inclusive, negociar com o Vice-Presidente Aureliano Chaves, apesar do respeito que tenho por S. Ex^a, o Sr. Presidente da República. Devo declarar que a minha posição política, dentro do PMDB, está muito clara. Pertencço àquele grupo que não acredita em negociação na base em que vem sendo feita; pertencço àquele grupo que acha que o entendimento se deve fixar principalmente em termos de mudanças estruturais, em acordos a serem feitos quanto a profundas reformas da Constituição, não em torno de nomes, conchavos e cambalachos; pertencço àquele grupo que acha que o PMDB é um partido que tem compromissos assumidos com o povo em praças públicas e que jamais poderá dar o seu aval à manutenção do sistema que aí está. Desta forma, desejo que o equívoco, saído na edição de hoje de *Última Hora*, seja aqui registrado. A minha posição política é definida: sou Deputado eleito praticamente pela população da capital do meu Estado, o Piauí. Tenho, pois, compromissos com um eleitorado independente, que pensa que a salvação deste País está nas eleições diretas e nas mudanças de base. Mas isso não está sendo encaminhado. Tudo está circunscrito a um jogo de interesses pessoais. (Muito bem!)

ARTIGO A QUE SE REFERE O DEPUTADO WALL FERRAZ:

OPOSIÇÃO FIRMA ACORDO COM VICE Moderados do PMDB ameaçam apoiar Aureliano no Colégio

O grupo moderado do PMDB anunciou, ontem, a formalização de uma aliança política com o Vice-Presidente Aureliano Chaves, com objetivo de promover um amplo entendimento nacional, que poderá resultar no apoio ao seu nome no Colégio Eleitoral, como candidato de consenso, informou o porta-voz do grupo, Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB — SP), após audiência, pela manhã com o Vice-Presidente.

O parlamentar justificou a aliança afirmando que o Vice-Presidente tem “pontos de vista em comum com o PMDB, o seu discurso, a sua linguagem são mais ou menos as mesmas do PMDB, tendo em vista os mais altos interesses do povo brasileiro”. No encontro, segundo Cardoso Alves, ficou acertado “a busca desesperada de um entendimento que pacifique o País e o coloque no rumo de seu melhor porto”.

Explicou ainda Roberto Cardoso Alves que o entendimento que os partidários da candidatura do Vice-Presidente e do grupo moderado do PMDB passarão a buscar, a partir de agora, será no sentido de antecipar, o mais possível, o prazo para a realização das eleições diretas de Presidente da República. Se isto não for possível, ele admitiu a possibili-

dade do grupo apoiar a candidatura do Vice-Presidente no Colégio Eleitoral.

“É claro que isto é possível — salientou o parlamentar. Ele é um homem que tem o mesmo discurso que o nosso, as mesmas características de honra, patriotismo e civismo de nossos líderes, e um homem pelas (ilegível) nista” apoiar o nome do Governador Tancredo Neves. Roberto Cardoso Alves observou que a visão que eles têm do Vice-Presidente é a mesma que o grupo Aureliano tem do Governador mineiro. Ele lembrou ainda que o Vice-Presidente tem afirmado, reiteradas vezes, que a sua candidatura não representa nenhum obstáculo ao entendimento e que isto foi reafirmado no encontro.

Participaram ainda do encontro, os Deputados Walber Guimarães (PR), Carlos Santana (BA), Oswaldo Lima (PE), Jorge Vargas (MG), Heráclito Forte (PI), Wall Ferraz (PI) e João Agripino (PB).

Após a reunião, o Deputado Walber Guimarães explicou que o grupo conversará agora com outros setores do próprio PMDB e dos demais partidos de Oposição, abrindo negociações, em seguida, com líderes do PDS. O primeiro a ser procurado, segundo ele, será o Deputado Nelson Marchezan. O grupo dos moderados — compostos de 100 Deputados e 13 Senadores — deverá ser engrossado pelos 54 integrantes do grupo “Pró-Diretas” do PDS, segundo previu, ontem, Walber Guimarães.

O Presidente em exercício, Aureliano Chaves, afirmou aos coordenadores do Grupo Unidade do PMDB que, se o Presidente Figueiredo desejar, poderá resolver o problema sucessório. Lembrou que desde a reunião com os presidencialistas, a 15 de fevereiro, ele afirmou que seu nome não seria obstáculo a um entendimento. Durante a conversa não foram citados nomes de candidatos, nem no possível apoio do PMDB à candidatura Tancredo Neves — disseram eles.

Para Aureliano Chaves, os entendimentos são necessários, no pleito direto ou indireto, “mas o arremate final deve ser do Presidente Figueiredo. Ele tem a máquina e a linha para dar a costura final” — disse ele. No encontro, os moderados não falaram em nome de candidatos. A impressão dos oposicionistas é de que Aureliano não pretende disputar sua indicação no Colégio Eleitoral, se não houver um entendimento em torno de um candidato com apoio político e respaldo popular.

Foi-lhe perguntado se pretendia convidar o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para um encontro no palácio. O presidente em exercício disse que soube disso pela imprensa, negando que tivesse convidado ou pretendesse convidar o dirigente oposicionista no período em que estiver na Presidência da República. Acha Aureliano que, se Ulysses Guimarães desejar discutir o problema sucessório, deveria conversar com Figueiredo, e não com ele na intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de aqui comentar um fato que considero da maior importância. Há alguns dias, a imprensa vem noticiando a importante greve dos metalúrgicos alemães, que já mobiliza 90 mil trabalhadores, cuja reivindicação básica é a semana de 35 horas de trabalho.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, trata-se de uma reivindicação justa e legítima, porque os operários, os trabalhadores não aceitam, no capitalismo, ser submetidos ao aviltamento da sua pessoa. Ao reivindicarem a diminuição da semana de trabalho, estão reivindicando a ampliação dos seus direitos. Se relacionarmos isso com o movimento sindical no Brasil entre suas reivindicações

temos a redução da semana de trabalho de 48 para 40 horas.

Se os trabalhadores conseguirem reduzir a semana de trabalho de 48 para 40 horas, isso já significará parte considerável de absorção de trabalhadores desempregados.

Mas o problema não é só esse. Também o trabalhador não pode ser transformado numa máquina embrutecida, que só sabe produzir. É importante ainda lembrar que, no Brasil, estamos estarecidos com o que acontece com os trabalhadores do interior, onde sequer essas leis trabalhistas, que não atendem aos trabalhadores urbanos, são respeitadas.

É o caso dos “bóias-frias” de São Paulo e dos trabalhadores do Norte e Nordeste. Também é o caso de segmentos, de categorias de trabalhadores urbanos cujas jornadas de trabalho ultrapassam as 8 horas, que não têm respeitados os mínimos direitos trabalhistas já conquistados.

Ao comentarmos a reivindicação dos trabalhadores metalúrgicos alemães, tiramos deste fato uma lição da maior importância para apoiar as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, na redução da sua semana de trabalho de 48 para 40 horas semanais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, solicita transcrição, na íntegra, do discurso do Governador de São Paulo, Prof. André Franco Montoro, sobre “eleição direta já, candidato competitivo único das oposições e programa básico.” É o seguinte:

DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR MONTORO

“Eleição direta já, candidato único das oposições e programa básico”.

O Brasil está nas vésperas de uma decisão histórica, que lhe permitirá passar de um regime tutelado à escolha democrática do Presidente da República.

Nesse processo de transição para a democracia, São Paulo tem graves responsabilidades que, como Governador, tenho o dever de assumir. É o que tenho procurado fazer, quer no relacionamento elevado e constitucional com as autoridades federais, quer no apoio às manifestações pacíficas e ordeiras da população, que culminaram nas grandiosas manifestações cívicas da Praça da Sé, em 25 de janeiro, e do Anhangabaú, em 16 de abril. Foi esse também o sentido da Declaração conjunta dos 10 governadores do PMDB e do PDT, firmada em São Paulo, em 26 de novembro de 1983, sob o título: “A Nação tem o direito de ser ouvida”.

Hoje a quase totalidade da população reivindica o direito de escolher o Presidente. E a Câmara dos Deputados, na votação da Emenda Dante de Oliveira, embora sem atingir o quórum de 2/3, manifestou-se maciçamente, por 298 votos a 65, em favor das eleições diretas.

Com esse apoio significativo e histórico, abre-se agora nova etapa na luta pela democracia através da votação da Proposta de Emenda Constitucional do Governo e das respectivas Subemendas.

Dentro dessa realidade, quero tornar pública minha posição como Governador de São Paulo, com o objetivo de prestar contas à população e evitar interpretações incorretas ou divisionistas.

Três pontos marcam essa posição: eleições diretas já, candidato único das oposições e programa básico.

Primeiro, precisamos lutar em todos os planos, especialmente no político e no popular, pela apro-

vação das eleições diretas já. Essa é a posição unitária de todo o PMDB, expressamente assumida em Brasília pelos 9 governadores, as lideranças das bancadas de 200 deputados federais e 22 senadores e pelo Presidente Nacional do partido. O sucessor do Presidente Figueiredo deve ser eleito pelo povo brasileiro. Só assim terá o indispensável apoio e a confiança da população para promover as mudanças que a Nação reclama.

Segundo, devemos trabalhar para que o PMDB e os demais partidos de oposição apresentem, com a possível brevidade, um candidato competitivo e único para a Presidência da República.

Terceiro, esse candidato deverá estar comprometido com um programa básico, cujos pontos fundamentais se identifiquem com as grandes reivindicações nacionais, já definidas em documentos e pronunciamentos públicos, como o novo tratamento da dívida externa, a reativação da economia, o fortalecimento do mercado interno, uma reforma tributária que assegure repartição de maiores recursos aos Estados e Municípios, poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em 1986, autonomia sindical e fim da política de achatamento de salários.

É nessa linha que São Paulo e a sua população continuarão presentes na luta nacional pelas eleições diretas já.

São Paulo, 7 de maio de 1984."

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, li ontem, nas "páginas amarelas" da revista *Veja*, uma entrevista concedida pelo Sr. Roberto Gusmão, Secretário de Governo do Sr. Franco Montoro, fazendo colocações tão estranhas que cheguei a me perguntar: Afinal, quem é que fala a linguagem do PMDB em São Paulo? O Governador ou seu Secretário? E cabe perfeitamente a pergunta, na medida em que ambos defendem teses conflitantes.

Tudo — ou quase tudo — contido em sua entrevista merece reparos, mas me proponho hoje a comentar apenas o tópico que se refere à posição assumida pelo grupo PRÓ-DIRETAS, a que pertencço.

Disse o Sr. Secretário, contestando nossa posição de não participarmos do Colégio Eleitoral, não coonestar o Sistema que aí está, que um Deputado "deve jogar com os dados da realidade. Ele não pode ser insensível às sugestões da realidade e ficar amarrado a posições de uma luta anterior, quando existe um processo novo".

Sua memória me parece muito fraca. A realidade está aí e é com ela que estamos jogando: ontem mesmo estávamos na rua repudiando o Colégio Eleitoral, chamando-o de espúrio, de cadáver insepulto, de excrescência do regime. E o povo com isso concordou. Essa mesma realidade se reflete na pesquisa feita pelo jornal **Folha de S. Paulo**, publicada no dia 13 deste mês, segundo a qual apenas 7,3% aceitam o Colégio, enquanto que 92,7% o repudiam, e não aceitam que seus representantes, no Congresso, a ele compareçam e de certa forma legitimem o processo. E nós, não obstante respeitarmos posições contrárias que, num eufemismo, chamam "capitulação" de "negociação", não temos o direito de, como outorgados, traírmos a confiança de nossos outorgantes.

"Se o partido decidir disputar a eleição no Congresso ou no Colégio Eleitoral — continua o Sr. Gusmão — e eles (nós) permanecerem na posição de não participar, estarão fazendo o jogo do Maluf..." Quer dizer: em nome dos acertos de cúpula, querem-nos espantar com o fantasma do Maluf, num jogo sofista que não aceitamos, que repelimos. Querem forçar-nos a ficar enclausurados porque poderemos ser assaltados ali na esquina por um

marginal. Para acobertar o "entendimento" execrado pela opinião pública, tenda (e tentam) jogar-nos contra ela, como se fôssemos 45 idiotas, e não vissemos, com a maior clareza, que a única maneira segura de espantar o demônio, será alcançarmos as diretas já, a grande aspiração nacional. Malufismo é coisa de malufista, e malufista não se mistura com povo, com quem temos um compromisso sagrado, e nele empenhamos nossa honra.

"Acho que devemos cuidar muito bem das diretas — disse ainda — mas também não abandonar a possibilidade de ir ao colégio..."

Nunca vi maior incoerência. Quem quer as diretas repele as indiretas; e quem repele as indiretas abomina o colégio. Isso é mais claro que água de rocha. E mais: quem sustenta uma tese e admite uma alternativa não a sustenta com sinceridade, pois quanto mais a afirma mais a enfraquece.

Finalmente, dividindo a possibilidade de vencermos no Colégio Eleitoral, nos oferece o argumento fundamental.

Diz reconhecer que o Colégio foi montado para eles (para os homens do sistema) e afirma com todas as letras: "Sabemos que o juiz é deles, o campo é deles, a bola é deles. Mas nosso time é bom e a torcida está conosco".

Nosso time é bom, é verdade. O que o estraga, no momento, são as jogadas individuais (ao ponto de assistirmos ontem, pela televisão, ao lançamento da candidatura do Sr. Aureliano Chaves, por "jogadores" nossos). O que estraga o time, no momento, é o estrelismo que dele tomou conta, levando muitos "profissionais" a jogadas individuais e descabidas. Quanto à torcida, ela efetivamente está conosco, mas já vi, e todos vimos, até mesmo torcidas apaixonadas, vaiarem o time inteiro por estar jogando "de sapato de salto" e a todo instante "pisando na bola". É bom que saiba o Sr. Gusmão que time algum tem torcida "cativa", sejam quais forem as jogadas que fizer. Essa mesma torcida que hoje é nossa, tenha em mente o Sr. Gusmão, será a primeira a nos virar as costas, se não jogarmos o jogo a que nos propusemos jogar. Mudem as regras do jogo e arquem com as consequências que virão no grande embate de 86.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, o grupo afoito do PMDB não resiste mais à sensibilidade do Planalto. E os meios de comunicação ontem mostraram, até constrangidos, o Vice-Presidente da República recebendo a pressão do grupo afoito do PMDB. Faltava no grupo apenas o Secretário-Geral do Partido, que, como tal, tem feito questão de ir à opinião pública e dizer que o PMDB teve de se submeter-se a um candidato do Partido Oficial. O Secretário-Geral não resiste aos ardores de ser futuro Ministro de um Governo de coalisão ou de um Governo em que o PMDB entre com a honrabilidade e a respeitabilidade nacionais, e o regime entre com um dos seus homens, agora arrependido de ter participado de tantos atos insensatos e insensíveis a gente brasileira.

O que não pode ficar sem resposta de parte da Executiva Nacional do PMDB, se é que ela existe, se é que o partido ainda tem Presidente, se ainda tem Executiva, são os dissabores da opinião pública brasileira ao assistir as entrevistas cada vez mais insensatas e cada vez mais contrárias aos princípios partidários de sua Secretaria-Geral. Claro que a Secretaria-Geral foi montada num esquema que fizesse valer a força de um grupo político interno, nesta frente de oposição; mas tem de ter respeito para com o estatuto partidário e para com a linha de orientação dessa partido, que existe há muitos anos. Quando a Secretaria vai lançar o Vice-Presidente como sucessor do Presidente pelo voto indireto e quando o

grupo afoito do PMDB comparece correndo ao Planalto, como que pedindo "pelo amor de Deus" ao Vice-Presidente para ser candidato das Oposições, ficamos a pensar se o partido ainda tem Presidente; se ainda tem Executiva, ou se ainda tem Diretório. O grupo afoito não costuma preparar-se sequer para atos dessa natureza, e os meios de comunicação ontem mostraram um Presidente constrangido. O Vice-Presidente da República estava constrangido diante de tanta adulação, diante de tanta subserviência, diante de tanto oferecimento, de tanta ausência até de prática política necessária e sadia numa negociação. Foi um oferecimento vazio, um oferecimento da primeira hora, como que a dizer: "Se lá chegares, lembra-te de mim, que fui o primeiro a correr e a beijar-te os pés". O Presidente do partido existe, e sua executiva não pode permitir esse descalabro. O Secretário-Geral tem de voltar à sua função. Digo, aqui, Sr. Presidente, para que a Executiva saiba: ou a Executiva do meu partido toma posição, ou providenciarei meu desligamento da submissão partidária; providenciarei meu desenquadramento da respeitabilidade ao Secretário-Geral, como membro da executiva do meu partido. Não fale em meu nome, nem em nome das pessoas a quem represento nesse Colégio, um Secretário que não se comporta à altura da função e insiste em fazer campanha de Ministro biônico, como que para sequestrar a origem do mandato. Ou há partido político, ou existe uma Executiva ou uma Secretaria-Geral. Na verdade, está negociando, na sua adulação, na sua subserviência, alguma coisa contra os interesses partidários, afiançado pelo grupo afoito do PMDB, que não agüenta as portas do Palácio do Planalto para quem quiser correr e adular.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélcio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vou navegar nessas águas nada remansosas do discurso pronunciado pelo meu nobre companheiro de representação parlamentar e fraternal amigo, o Deputado Jorge Uequed. Também como ele, não vi com bons olhos, não me causou boa impressão a notícia que me foi dado contemplar, através da edição de ontem do **Jornal Nacional**, a respeito da audiência do Vice-Presidente da República, Sr. Aureliano Chaves, com um grupo de ilustres companheiros da mais alta qualificação política que hoje integram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ocupando, com destaque, a condição de Deputados Federais. Essa sôfrega busca de aproximação com os representantes do Poder que aí estão, objeto de impugnação rotineira do MDB do passado e do PMDB do presente, não contribui para construir, perante a opinião pública, a imagem da responsabilidade política que se define no momento presente com a permanente fidelidade das ações dos representantes do povo com os anseios majoritários da população. Límpida e ordeiramente manifestados nas concentrações públicas levadas a efeito, em caráter inédito, nesta campanha comovente e impressionante em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas. Ainda ontem, provocado pela imprensa do meu Estado, eu me reportava a essa situação esdrúxula para dizer que não cabe ao PMDB a conduta assanhada de quem esteja sequioso de celebrar um conúbio espúrio com o poder. Ao PMDB cabe se preservar nesta diretriz de ação política que, com coerência e com bravura, vem sendo sustentada pelo seu Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães. Essa conduta encontra base e se enraíza naquela proposta de governo para o Brasil que o PMDB sustentou nas praças públicas, fundamentado no seu documento: "Esperança e Mudança". Dessa posição, Ulysses Guimarães não tem discrepado e a friso na oportunidade em que assomou à tribuna, no 24 de agosto de 83. Voltou a se ocupar dela quando tornou a reproduzir esses judiciosos conceitos que definem melhor postura política para o PMDB na atual conjuntura e quando as-

somou à esta tribuna novamente para, num pronunciamento, fazer um derradeiro apelo, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira. Nós não podemos confundir o candidato isolado ou grupal de militantes do partido, por mais ilustres que sejam, com as posturas oficiais armadas pelo mesmo partido, em função dos compromissos programáticos de sustentação obrigatória. A propósito dessa questão do diálogo, para cuja efetivação o Governo sequer designou interlocutor válido e idôneo, foi muito claro o Presidente do Partido: quaisquer negociações que devam ser feitas — e as negociações são próprias da atividade política — terão as suas lides limitadas por uma prévia convenção nacional que estabeleça, com exatidão e clareza, os limites dentro dos quais o PMDB, sem trair as reivindicações populares que pretende interpretar com fidelidade, possa agir no sentido de compor o conflito institucional que ainda está armado. São as expressões que profiro a propósito da manifestação anterior, que considero justa, censurando apenas as manifestações isoladas ou grupais que discrepam da manifestação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SR.^a LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Transcrevo, para os Anais da Casa, o noticiário a nós trazido pelo jornal *O Liberal*, de Belém, e *Correio Brasileiro*, que se edita nesta cidade, sobre parte dessa assombrosa corrupção que lamentavelmente impera no Pará, pior do que nunca sob a batuta do Governador Jader Barbalho.

“TODO MUNDO QUER VIAJAR

Uma viagem de governadores à União Soviética deu muitas dores de cabeça ao primeiro-secretário da embaixada soviética em Brasília. É que houve pedidos e mais pedidos para que a representação diplomática autorizasse a inclusão de mais nomes nas delegações estaduais, sobretudo de esposas de secretários de Estado. No caso, por exemplo, da esposa do Secretário do Planejamento paraense, os soviéticos só concordaram porque a Representação do Governo do Pará em Brasília prometeu que as despesas ficariam por conta dos cofres estaduais. Ao mesmo tempo, dois governadores, Wilson Martins, de Mato Grosso do Sul, e Nabor Júnior, do Acre, desistiram da viagem, enquanto Jader Barbalho, do Pará, e Gilberto Mestrinho, do Amazonas, têm sua chegada a Moscou prevista para domingo.

“EXCURSÃO (I)

O governador Jader Barbalho viajará hoje para Brasília e, à noite, participará de um jantar, na embaixada da União Soviética, juntamente com todos os demais convidados especiais para a viagem à Rússia. No dia seguinte, sairá do Rio de Janeiro, às 21 horas, em voo da Air France até Paris, com escala em Madri. Na manhã de domingo prosseguirá para Moscou, onde chegará às 14:40 horas.

Em Paris ficará parte do grupo que acompanhará Jader: o secretário de Obras, Manoel Acácio, e o presidente da Celpa, Ambire Gluck-Paul, com a esposa, que entrarão de férias, esticando à Suíça. Prosseguirão para Moscou, na comitiva especial, a primeira dama, Elcione Barbalho, os secretários de Estado Roberto Ferreira (Fazenda) e Simão Jatene (Planejamento), com a esposa, além do presidente do Banco do Estado do Pará, Nelson Ribeiro, e o secretário particular do governador, Fernando Ribeiro.”

Esta nota diz que até a Embaixada da União Soviética ficou embarçada, porque surgiram nomes e mais no-

mes da delegação estadual, sobretudo esposas de secretários, porque o nosso Governador do Estado quando viaja leva comitivas, integradas, inclusive, por exemplo, pela esposa do Secretário do Planejamento paraense. Então, os soviéticos só concordaram com a representação do Governo do Pará em Brasília, se esta promettesse que as despesas ficariam por conta dos cofres públicos. Aí, o Governador aceitou e dá uma nota o jornal *O Liberal*, Repórter 70, que diz:

“EXCURSÃO (II)

Ao contrário do que foi informado, as passagens dos sete membros da comitiva serão pagas pelo Estado. Só a ida a Moscou, com hospedagem em Paris para a conexão, custará 33,3 milhões de cruzeiros (3,9 milhões *per capita*). O governo soviético só assume os custos em Moscou.

No retorno, os visitantes ainda passarão alguns dias na França e na Alemanha.”

O Governador Jader Barbalho resolveu, então, ir a Moscou e a parte da Europa, com hospedagem em Paris, para conexão, o que custará ao todo 33,3 milhões de cruzeiros — portanto, numa base de 3,9 milhões por pessoa. O Governo soviético só assumiu os custos em Moscou. No retorno, os visitantes ainda passarão alguns dias na França e Alemanha.

Leio, para transcrição nos Anais, este último recorte do *Jornal de Brasília* de ontem, 22 de maio de 1984:

“COM O BICHO NA RETAGUARDA

Os dois governadores do PMDB que visitam, esta semana a União Soviética, têm posturas diferentes em relação a uma indústria não catalogada na economia socialista: enquanto Gilberto Mestrinho partiu sem problemas no “front” do jogo-do-bicho, controlado por seu irmão, Tomé Mestrinho, o Governador Jader Barbalho não tem uma retaguarda muito tranqüila, pois deixou sua bancada na Assembleia Legislativa às voltas com uma CPI que o PDS tenta meter nos anais para apurar o enriquecimento rápido e surpreendente da família Barbalho com esse tipo de premiação zoológica.”

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há pouco tempo, um grupo de Parlamentares do PMDB subscreveu um documento mediante o qual deixa clara a sua posição com relação ao Colégio Eleitoral. Como subscritor desse documento, reafirmo a minha posição de não comparecer ao Colégio Eleitoral, qualquer que seja o candidato, venha das Oposições, venha do PDS. O Colégio Eleitoral, por ser espúrio e imoral, nos termos da denúncia feita à Nação pelo Presidente Ulysses Guimarães, não é o foro competente, nem tem a respeitabilidade necessária para escolher o supremo mandatário deste País. Mas em que pese a celeuma criada em torno, não só deste, mas de outros documentos que circulam pelos corredores do Congresso, é fundamental, é indispensável que não deixemos passar sem a necessária repulsa, a afirmação que vem sendo feita em nome de setores até importantes das oposições, por algumas figuras que ocupam postos destacados em administrações estaduais da Oposição.

A revista *Veja*, desta semana, traz longa entrevista com o Secretário Roberto Gusmão, integrante da equipe do Governador Franco Montoro.

Enquanto Senador da República, o atual Governador de São Paulo tinha uma posição conhecida, firme, que buscava sempre o leito por onde passa a vontade da Nação brasileira. Uma vez guindado ao Governo de São

Paulo, há uma certa confusão, porque são muitos os interlocutores e porta-vozes do Governo de São Paulo, que não sabemos, efetivamente, qual a posição do Governador. Sendo o Sr. Franco Montoro um velho companheiro, inclusive de Parlamento, não quero fazer acusações a S. Ex.^a, mas gostaria de cobrar de S. Ex.^a a verdadeira posição do Governo de São Paulo em relação ao problema nacional.

O seu super-Secretário, tido até como “Primeiro Ministro de São Paulo” o Sr. Roberto Gusmão, faz indevidamente acusações a setores da Oposição, e acusações infundadas, que repudiamos por uma razão; eu, particularmente, não sei quem é o Sr. Roberto Gusmão. Por mais mérito que tenha S. Ex.^a, como representante do mundo financeiro de São Paulo, posso afirmar a V. Ex.^a que não é um homem conhecido junto ao povo brasileiro, não é um homem com tradição junto ao eleitorado brasileiro, não apareceu, em instante algum, nos palanques que o PMDB montou para interpretar a vontade da Nação. Logo, é um cidadão que não tem o direito de fazer acusações a ninguém, muito menos a setores do PMDB que foram os que juntaram o partido para se transformar no intérprete da Nação. É preciso deixar claro que a própria direção do partido só se engajou nesta luta pelas eleições diretas quando esta já estava deflagrada por esses setores. E o Sr. Roberto Gusmão acusa de infiltrados no partido, acusações muito desairosas, esses bravos companheiro que integram a Oposição, neste instante em que o partido, o PMDB, parece envolvido numa verdadeira “guerra santa”, porque a preocupação dos Robertos Gusmãos que compõem o partido parece ser tão-somente vetar Maluf e expulsar Jacó, numa revolta contra esses povos orientais que integram a população de São Paulo. Evidentemente, Sr. Presidente, embora achemos isso importante, queremos afirmar que esta não é a questão fundamental do partido, agora. Achamos, inclusive, que não temos o direito de vetar possíveis negociações que possam tirar o País do impasse. Até, pelo contrário, devemos colaborar nisso. Mas achamos que qualquer medida, qualquer negociação não deve, na verdade, se pautar em torno de nomes. Nomes, o Brasil tem muitos para dirigir os seus destinos. O importante para as Oposições é estabelecer critérios. Qual é o programa que têm as Oposições e que tem o Governo para arrancar o País da situação de miséria e de desconfinça em que se encontra? Essa é a questão fundamental. E qualquer que seja esse programa, é fundamental que ele não seja levado a nenhum segmento da sociedade brasileira, sobretudo da administração pública do sistema de poder, por quatro iluminados, sejam ou não biônicos. Em verdade, qualquer programa há de ser aprovado, primeiro, pela sociedade brasileira, por aqueles mesmos caminhos onde o PMDB foi em busca de apoio pela campanha das eleições diretas já. Sem a sociedade, qualquer programa é ilegítimo. A escolha de alguém para executar esse programa será ilegítima se não estiver respaldada na opinião pública. Volto a repetir o que disse outro dia: o PMDB não pode se perder. Depois da votação da Emenda Dante de Oliveira, parece que tanto o partido quanto sua Liderança aqui na Casa estão perdidos. É preciso que se encontrem e, encontrando-se, é fundamental que eles vão em busca da Nação, porque só ela é capaz de legitimar qualquer coisa nesse instante crucial e fundamental da vida do País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vicente Queiroz.

O SR. VICENTE QUEIROZ (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Moacyr Dalla, Srs. Congressistas, quem tem uma vida de Parlamento como eu, que me acostumei sempre a manter postura de decência, não pode realmente trocar apartes, tampouco responder a um discurso que insulta, que calunia, que procura degradar o nosso sentimento partidário, atingindo-nos, através de um companheiro que,

na administração pública do Pará, tem procurado realizar aquilo que prometeu nas praças públicas. A grande revanche agora pretendida e posta em prática é decorrente de o Presidente João Figueiredo haver autorizado diretamente o envio de mensagem ao Senado Federal, solicitando aprovação de um empréstimo para o Governo do Estado do Pará, fato comum, rotineiro, habitual. V. Exª, que é Senador, sabe disso. Cinquenta e cinco empréstimos, somente externos, e duzentos e tantos empréstimos internos foram feitos no ano passado, autorizados pelo Senado.

Todavia, não nos preocupa esse momento de exaltação da nobre e ilustre Deputada, que, nesta Casa, nunca respondeu a dois discursos de colegas nossos, os Deputados Ronaldo Campos e Carlos Vinagre. Ora, se ela não respondeu a esses colegas, não vou ter aqui a veleidade de contestar as suas palavras. É a História que vai julgar, porque há um Governo do povo hoje no meu Estado, decente, digno e respeitador da coisa pública. Só o que não vai admitir é que se continue fazendo o jogo da mentira, o jogo espúrio de se fazer corrupção das finanças públicas, das concessões, dos favores públicos. Isso não. Então, o Governador do Estado, como outros governadores, viajou para a União soviética, procurando inteirar-se sobre o que do Pará interessa à União Soviética e sobre o que da União Soviética interessa ao Pará. É evidente, através de um protocolo, de um prévio estabelecimento de condições. Quanto ao resto, é balela. São pessoas que não querem ver o nosso Estado desenvolver-se e progredir. É tão somente o despeito, a inveja, como sempre houve. A nobre Deputada passou vinte anos no PMDB e, no último ano, ela, que tanto insultava o Senador Jarbas Passarinho, hoje é **persona grata** de S. Exª. Que posso fazer? Não posso fazer nada. Pasei meus vinte anos na Oposição do Pará, no MDB e no PMDB. Pasei para o PMDB porque foi o sucedâneo do MDB, e estou lá como Presidente do meu partido. No entanto, repudio as insinuações, as agressões, e peço a V. Exª Sr. Presidente, nos termos do Regimento da Casa, que faça retirar da Taquigrafia os termos insultuosos usados pela Deputada, para se referir a uma autoridade constituída, que é o Governador do meu Estado.

Sr. Presidente, faço referência, para conhecimento da Casa, à reportagem de responsabilidade do jornal **Tribuna de Brasília**, editado ontem, sob o título "A Máfia da Economia". Esse o panorama que vivemos. Parece-me que até o Governo está indo às barras da Justiça contra determinadas declarações do Sr. Assis Paim, para acioná-lo. Na verdade, isto aqui é um escândalo. Anteontem, o Governo, mais uma vez, fracassou na constituição dessas arapucas, que foram dadas quase de mão beijada. E as chamo de verdadeiras arapucas, porque são bancos sem fundo, que vieram exatamente para beneficiar aqueles que as patrocinam e vivem delas.

Acredito que a medida mais certa que o Governo deve tomar nesta hora é acabar com todas financeiras e ficar apenas o órgão público direto, porque o BNH, no repasse que faz, dá 5, 10, 15% a essas financeiras, na constituição de seus fundos. Aí está o fracasso, o escândalo e, infelizmente, também o massacre financeiro ao povo, já tão combatido na sua economia.

Pediria a V. Exª que deferisse meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa tomará as providências cabíveis, e a Taquigrafia levará o pronunciamento a esta Presidência, que deferirá os termos do requerimento de V. Exª

O SR. VICENTE QUEIROZ — Agradeço a V. Exª a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRª CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, contam os gregos que, quando Deus quis castigar Tântalo, amarrou-o

sobre um rio e sob uma macieira. Com o passar dos dias, Tântalo começou a morrer de sede e de fome. Entretanto, lá em baixo corria a água do rio e, lá em cima, havia os galhos de maçã.

Aparentemente, Sr. Presidente, as lideranças da Oposição estão querendo impor ao movimento popular pelas eleições diretas já o que os psicanalistas chamam de complexo de Tântalo. A Nação quer votar, a Nação quer participar. Inúmeros dirigentes dos partidos de Oposição negam à opinião pública brasileira, negam à sociedade civil o direito de participação, portanto, o direito de influir, de pressionar na decisão das eleições diretas já. Temos assistido às inúmeras e contraditórias entrevistas, nas rádios, nos jornais, nas televisões, nas revistas, em que grupos, subgrupos, grupelhos das oposições, sem autorização de ninguém, nem do Diretório, nem da Executiva do partido, falam pelo partido, falam pelas oposições, falam pela Nação, numa suposta conciliação.

Sr. Presidente, ninguém chegou a esta Casa por acaso. Aqui chegamos porque temos clara a noção de que política e negociação se devem fazer com clareza, com transparência, ao lado da Nação, quando este é o compromisso dos que aqui vieram e receberam seus mandatos em apoio do povo. Portanto, quero somar a minha voz e a minha estranheza à do ilustre Deputado Elquisson Soares, que me antecedeu nesta Tribuna, e, com todo respeito, gostaria de perguntar ao Governador de São Paulo Franco Montoro: Afinal, quem fala pelo Governo de São Paulo? O Secretário Roberto Gusmão, ou o Governador Franco Montoro? Porque o que temos visto na imprensa são opiniões que se conflitam, são opiniões díspares, e isso deixa confuso não apenas os parlamentares que integram o PMDB, mas, sobretudo, deixa também confusa a opinião pública nacional.

Faço, também, esse apelo à Executiva do meu partido, ao Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, ao Diretório, que agora está reunido para tratar da expulsão de alguns de seus membros que praticou tráfico de influência no Estado de São Paulo. É preciso que o PMDB, o PDT e o PT deixem claro à Nação o que entendemos por negociação e que tipo de negociação aceitamos. Evidentemente, Sr. Presidente, não eximo da responsabilidade do suplicio de Tântalo que é imposto a esta Nação o partido do Governo e, pessoalmente, o Presidente Figueiredo, que viaja para o Japão, que faz compras em Los Angeles, acompanhado de vasta comitiva, como se este País nadasse em abundância, deixando aqui o PDS esfacelado, sem que ninguém saiba quem realmente fala pelo partido do Governo. De maneira que, em nome da Nação, e não no do partido e da legenda pela qual fui eleito e com a qual estou ainda comprometida, faço este apelo às Lideranças do PMDB e das oposições, no sentido de que haja um entendimento interno e que não se permita que pessoas, que revistas se auto-intitulem de negociadoras, porque não têm mandato para tal.

Muito obrigada pela benevolência de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRª IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, registro aqui as reivindicações comuns dos docentes e servidores técnicos-administrativos do ensino superior.

Eles reivindicam o seguinte:

1. Reposição salarial de 64,8% sobre o salário de janeiro, a partir de janeiro de 1984, o que corresponde à complementação de 100% do INCP de 1983.
2. Reajuste semestral igual ao INPC do semestre, a partir de julho de 1984, garantido por lei.
3. 13º salário para os estatutários e quinquênios para os celetistas.
4. Piso salarial de 3 salários mínimos.
5. Verbas para o pleno funcionamento das IES Federais Autárquicas.

REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS DOS DOCENTES

1. Revogação da Portaria Ministerial 62/84 e suplementação de verbas para Restaurantes e Hospitais Universitários.

2. Contratação imediata e definitiva de todos os professores aprovados e classificados em concurso público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de participar, agora, às 10 horas, da abertura do Seminário dos Secretários de Educação de todos os Estados do País, que se realiza nesta Casa, hoje, perante a abertura desses trabalhos, ficou muito claro, por parte do Senador João Calmon, por parte do Presidente da Comissão de Educação da Câmara, Deputado Rômulo Galvão e por parte de quem preside esse seminário, Sr. Secretário de Educação Adhemar Santillo, do Estado de Goiás, que não há possibilidade de se fazer absolutamente nada, se o Sr. Delfim Netto não tiver o mínimo de responsabilidade e não fizer aplicação imediata de suplementação de verbas a partir da Emenda Constitucional aprovada em novembro do ano passado, nesta Casa. Cabe a nós a iniciativa de um processo contra o Sr. Delfim Netto e o Presidente da República, exigindo a imediata suplementação de verba para que se cumpra o que foi aqui aprovado. Isso significa: primeiro, responder aos anseios de todos os professores, de toda a classe empenhada na real educação brasileira, seja ela a nível de docência, seja a nível de funcionários dessas autarquias, de faculdades federais do Brasil, que também iniciaram a sua greve ontem, por de reivindicações salariais, nós temos assistido, pelo Brasil a fora, a várias manifestações nesse sentido, porque é impossível se fazer um processo educativo brasileiro, se o próprio professor passa fome. Temos, na área municipal, professores com salários de mil cruzeiros, a nível estadual e de 19 a 27 mil cruzeiros, como, por exemplo, acontece em Goiás, temos salários minguados, nos Estados, de 120, a 130 mil cruzeiros, agora, no Estado de São Paulo, e que mesmo assim, não é um salário real suficiente para o professorado desempenhar a sua função. É correta a expressão do povo, dos trabalhadores brasileiros, quando dizem assim: é evidente que o Governo não nos dá uma verba, não nos dá condições de termos uma educação à nossa altura, da nossa dignidade, porque ele quer escravos inconscientes e analfabetos para que seja fácil dominá-los. A consciência desse fato clara por parte da população brasileira. O que tem de ser feito é um compromisso de nossa parte para que as reivindicações das entidades de educação, para que as reivindicações dos Secretários da Educação reunidos, hoje, em Brasília, e que analisam a crise financeira, a crise educacional e as alternativas de solução, tenham o pleno apoio desta Casa e conquistem o apoio da Ministra da Educação. Que estas reivindicações sirvam de desafio à competência do Ministro do Planejamento. Ou ele é realmente o Ministro do Planejamento — planejamento, nesse caso, significa responder aos anseios e às necessidades de todas as áreas do Ministério — ou ele, que se considera, como o próprio Senador João Calmon disse, o Ministro vitalício, desocupe de uma vez por toda aquela cadeira. Ele talvez esteja sendo Ministro do Planejamento das suas finanças externas. Para esses mecanismos no Japão, nos Estados Unidos, ele é competente, em nível dele mesmo, mas não em nível de um planejamento, em nível de Brasil. Deixo registrado aqui também, como Líder, a carta do Comando Nacional de Greve, que diz:

PROCLAMAÇÃO À OPINIÃO PÚBLICA

Mais uma vez, nós, professores das instituições de ensino superior (IES) federais autárquicas, estamos em greve nacional lutando pela garantia de nossas condições de trabalho e em defesa do que resta no ensino superior público e gratuito no País.

Já há muito tempo vimos denunciando a crônica e crescente degradação do patrimônio intelectual e

do próprio patrimônio físico, duramente construído pelo povo brasileiro, constituído pelas IES autárquicas.

Em outubro do ano passado, renovamos o alerta e advertimos que a situação se aproximava de fase aguda que, não enfrentada com a devida urgência, conduziria aquelas universidades a um impasse intransponível.

O imobilismo do MEC fez-se então cada vez mais claro, não nos tendo dado qualquer resposta ou exigido do conjunto do Governo as medidas indispensáveis.

Agora, aquele impasse previsto já é um fato.

Os salários dos que trabalham na universidade reduziram-se a cerca de 1/3 de seu valor real do ano passado. Como resultado, temos, de um lado, a evasão de inúmeros professores e técnicos e, de outro, a anulação da atuação acadêmica dos que ficam, pois, reduzidos ao limite da sobrevivência, já não têm como ampliar seus indispensáveis instrumentos de trabalho, como livros, revistas especializadas, etc.

Nossas escolas não têm condições mínimas para contratação dos docentes já aprovados em concurso público.

Os prédios atingem péssimas condições, com goteiras, falta de carteiras, e até ameaças de desabamento.

Nossos equipamentos estão se deteriorando porque não se têm verbas para pagar os contratos de manutenção, sem falar na quase total impossibilidade de aquisição de novos equipamentos.

Nossos hospitais não podem receber doentes e vão gradativamente cancelando vagas. Há situações dramáticas como a do HU da UFRJ, onde estão sendo suspensos o tratamento e respectiva pesquisa na área do câncer.

Alguns de nossos laboratórios já pararam de funcionar e outros estão com prazo fixo de sobrevivência. A título de exemplo, o biotério da Faculdade de Farmácia da UFBA e o do Laboratório da UFPe tiveram de sacrificar suas cobaias por não ter sequer como alimentá-las.

Assim, a gradativa paralisação da atividade universitária, que até nosso alerta de outubro do ano passado era uma perspectiva iminente, tornou-se este ano uma realidade com prazo determinado para acontecer.

Não há como desvincular esta crise da universidade das consequências dos cortes de verbas para a Educação, resultantes de decisões de uma política insensível e autoritária.

Estas são as razões que nos levam a conchamar a opinião pública e a todos os que detêm parcelas de responsabilidade política e social neste País, para que nos apoiem na luta por salários dignos e justos, e na tarefa de defender a Universidade Pública e Gratuita do estrangulamento econômico, da involução pedagógica e cultural, da estagnação científica, enfim, da desagregação institucional a que querem condená-la.

Brasília, 17 de maio de 1984

COMANDO NACIONAL DE GREVE"

Sabemos que esta carta e as reivindicações que os docentes encaminham à Sr^a Ministra não terão nenhuma possibilidade de ser atendidas em razão de não haver decisão, por parte do Ministro Delfim Netto e do Ministro Ernane Galvêas, no sentido de atendê-las. Está na responsabilidade destes dois Ministros atender às necessidades primárias, e urgentes da área da nossa educação.

Por outro lado, vemos a situação vergonhosa do subsídio, do socorro que se dá às cadernetas de poupança, com bilhões de cruzeiros, acobertando a ladroagem, a safadeza, a enganação pública e a deterioração dos bens públicos. É deslavado!

A quem está servindo o Ministério do Planejamento, a quem está servindo o Ministério do Sr. Ernane Galvêas? Desafiamos esses ministérios. Nós, a Educação e esta Casa exigimos, pelo menos, suplementação de verbas, a partir da aprovação da Emenda Constitucional de novembro de 1982. Que se suplementem as verbas de 83, para que entrem no Orçamento de 84 para 85.

Era o que tinha a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido e deferido o seguinte

23 de maio de 1984

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição de nº 30, de 1984, que "acrescenta parágrafo ao artigo 163 da Constituição Federal", solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer e que se encerrará no dia 31 de maio fluente.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da Matéria e pela necessidade de se dar ao eminente Senhor Relator, Senador Milton Cabral, um maior prazo para elaboração de seu parecer.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Deputado **Márcio Macedo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.078, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 16, de 1984-CN (nº 503/83, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais e dá outras providências,

— dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson, para proferir o parecer.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Para proferir o parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais e dá outras providências.

Acompanha a Mensagem do Chefe do Governo Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que afirma:

"Os novos percentuais, ora propostos e objeto do artigo 1º, são aplicáveis nas operações internas e nas operações interestaduais (entre estas últimas aquelas em que as mercadorias se destinem a contribuintes para fins de industrialização ou comercialização). Eles decorrem da recente fixação, através da Resolução nº 364, de 1983, do Senado Federal, de

novas alíquotas máximas, cuja adoção nos Territórios Federais é de competência da União.

Quanto à alíquota para as operações de exportação, cujo limite máximo não foi alterado pela aludida Resolução nº 364, o ato ora encaminhado à assinatura de Vossa Excelência limita-se a reproduzir a estabelecida no artigo 1º, inciso II, do Decreto-lei nº 1.744, de 27 de dezembro de 1979, consolidando-se, assim, todas as alíquotas do tributo num só instrumento.

O artigo 2º cuida de transplantar para o ato a nível de legislação ordinária, com vistas à sua efetiva aplicação nos Territórios Federais, o disposto no § 11 do artigo 23, introduzido na Constituição pela Emenda nº 23, de 1º de dezembro de 1983. O dispositivo estabelece a incidência do ICM também na entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de mercadoria importada do exterior por seu titular, inclusive quando se tratar de bens destinados a consumo ou a integrar o ativo fixo do estabelecimento.

O artigo 3º atribui ao Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer que o montante do ICM devido pelo contribuinte em determinado período, seja calculado com base em valor fixado por estimativa, nos termos da autorização constante do § 7º acrescentado ao artigo 3º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 44, de 7 de dezembro de 1983.

O artigo 4º introduz expressamente, na legislação dos Territórios Federais, faculdade segundo a qual o Poder Executivo poderá recorrer ao mecanismo de substituição legal tributária, como regulado no § 3º acrescido ao artigo 6º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 44, de 7 de dezembro de 1983. O parágrafo único do artigo 4º do projeto determina que, quando o substituído for comerciante varejista, o Poder Executivo calcule anualmente o valor médio por ele acrescido no exercício de sua atividade para efeito de apuração do imposto e em atenção ao § 9º acrescido do artigo 2º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 44, de 7 de dezembro de 1983."

As novas alíquotas vigoram a partir de 1º de janeiro de 1984, face a Resolução nº 364, de 1983, do Senado Federal, e sua utilização nos Territórios Federais deve ser estabelecida em Lei Federal, por ser matéria de competência da União, nos termos da Constituição vigente.

A Exposição de Motivos destaca as razões que levaram o Poder Executivo a editar o decreto-lei.

Justificou-se a sua expedição por ser matéria tributária de relevante interesse público, que necessita ser regulamentada com urgência para vigorar já no início de 1984.

Visou o decreto-lei a atender ao princípio da anterioridade da Lei Fiscal, prevista na Constituição Federal, em seu artigo 153, § 2º.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que "fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que "fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer concluiu pela apresentação de projeto de decreto legislativo que aprova o texto do decreto-lei.

Completada a instrução da matéria passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1984-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983,

que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A votação deixa de ser procedida em virtude da falta de quorum em plenário para deliberação das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

Ata da 111ª Sessão Conjunta, em 23 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas.

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia —

PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Milton Reis — PMDB; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel

Dias-Novae — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB, Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 295 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de registrar nesta Casa do Congresso Nacional o infausto acontecimento do último fim de semana, que foi a morte do Mal. Henrique Duffles Baptista Teixeira Lott. Não poderia, Sr. Presidente, como democrata e como admirador dos soldados fiéis ao seu papel constitucional, deixar de prestar minha homenagem

a um homem que não era da minha geração, mas cuja dignidade de soldado e de homem público a História está aí para ressaltar alçado que foi à condição de candidato à Presidência da República, nas últimas eleições diretas vividas por este País, em 1960.

O Marechal Henrique Duffles Baptista Teixeira Lott foi o soldado que, com a sua espada de ouro, tranqüilizou a Nação brasileira nos idos de 55, mantendo-se fiel à Constituição da República e garantindo a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Os golpistas neste País o odiavam, e não odiavam somente a ele; odeiam a todos quantos têm compromisso com a democracia. Os facistas não lhe queriam bem, mas a Nação brasileira jamais esquecerá imagem deste grande cidadão, deste grande brasileiro, deste grande militar que foi sempre, em vida, o honrado Marechal Lott.

Na minha infância, na cidade de Aracajú, assisti a uma das mais belas e memoráveis campanhas eleitorais deste meu País. Naquela época, sob o comando do saudoso prefeito da capital, José Conrado de Araújo, quando estavam no Governo forças que apoiavam o candidato Jânio Quadros, para honra dos sergipanos, para honra dos brasileiros, o Marechal Henrique Teixeira Lott, que não teve a felicidade de ser vitorioso naquela eleição, porque, lamentavelmente, a Nação brasileira estava embevecida pelas loucuras do Jânio, no meu Estado, Sergipe, obteve maioria eleitoral.

Somente o Estado de Sergipe e o Estado de Goiás, somente estes dois, podem falar de peito alto, pois ali, nós valorizamos a democracia; ali, nós valorizamos aquele que, com sua espada de ouro, repito, se manteve fiel aos princípios do verdadeiro soldado, permanecendo fiel à Constituição e defendendo a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Não poderia, Sr. Presidente, por um dever para com a História por um compromisso com meu Estado e minha gente, deixar de assinalar aqui a morte do Marechal Teixeira Lott, a quem aprendi, na minha infância, no meu Sergipe, a admirar como homem a quem este País muito deve, pela defesa das suas instituições, da sua Constituição e da nossa democracia.

Manifesto daqui à sua família e a todos aqueles que lutaram ao seu lado em 1960, solidariedade e nem pesar pela perda que sofreram. Tenho certeza absoluta de que o seu exemplo haverá de brotar no seio militar, onde ele fez escola, e haverá, cada vez mais, de dignificar a vida do soldado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desta tribuna, lanço um SOS ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O Instituto Butantã, o maior da América do Sul, sediado em São Paulo desde 1901, corre o risco de não mais atender à crescente procura de soros e vacinas.

O Diretor-Geral do Instituto, Professor Willy Becak, declara que faltam verbas para aumentar a produção, contratar técnicos de nível superior e modernizar a tecnologia e pesquisa. Ressalta, ainda, que o maior problema se dá em relação aos soros: o antielapídico (contra picada de cobra coral), o antigangrenoso e o antitubulínico.

Há três anos a produção dos 35 tipos de medicação, entre soros e vacinas, não pode ser aumentada. A vacina triplice, por exemplo, cuja produção para o ano passado foi prevista em 5 milhões de doses, atingiu apenas 2 milhões 429 mil 987 doses. Para suprir a falta, o Ministério da Saúde precisou importar vacinas que poderiam ter sido fabricadas no Instituto.

O aumento da produção necessário à demanda nacional exige um investimento da ordem de 1 bilhão e 500 mil cruzeiros; e à adequação tecnológica, cerca de 3 bilhões. Essas importâncias representam, hoje, 90% do Orçamento do exercício, que é de 5 bilhões.

Considerando que a verba destinada ao pagamento dos 1.200 funcionários atinge 80% do Orçamento, vê-se da impossibilidade de a Instituição cumprir sua finalidade.

Uma das etapas para a produção de soros é a inoculação de veneno em cavalos. Dos 600 animais necessários, o Instituto possui 400, e não tem verbas para a substituição periódica que a técnica impõe. Esta é apenas uma das deficiências apontadas.

O Instituto também precisa da imediata contratação de 200 técnicos de nível superior, o que se tem tornado cada vez mais difícil, em virtude dos baixos salários oferecidos. Ainda: há necessidade de contratação de lideranças científicas — profissionais de alto nível — para a formação de pessoal e introdução de novas técnicas.

O Professor Willy Becak — Diretor-Geral — observa:

“É grande a quantidade de telegramas do exterior, com pedidos de soros, principalmente dos contra peçonhentos, e lastima poder atender apenas pequena parte, as vezes nada.”

Diz ainda:

“Está faltando uma política de investimento na infra-estrutura de produção, para que o País passe a ser auto-suficiente na sua demanda, com grandes vantagens do ponto de vista sanitário, econômico e até mesmo de segurança nacional. O Brasil poderia ser um exportador de soros e vacinas para toda a América Latina e África.”

Em 1983, foram produzidas apenas 1.920 ampolas do soro antielapídico, pois o veneno é retirado da cobra coral, que é pequena e adquirida em pouca quantidade. Também, o soro antiofídico e antiracnídico precisam ter suas produções aumentadas.

Durante a campanha de vacinação contra poliomielite, em 1983, o Brasil gastou 4 bilhões de cruzeiros, e neste ano deverá gastar 15 bilhões para a importação desta vacina, que não é fabricada no País, em virtude da falta de recursos para aquisição de equipamentos e instalações.

Diante dos fatos, urge que o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo atendam, imediata e prioritariamente, aos apelos de tão renomada Instituição, cuja função maior é atender prontamente a população dos quatro cantos do País. E como o problema vem-se agravando, dia a dia, o Diretor do Instituto Butantã não sabe o que poderá acontecer em um futuro muito próximo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Samir Achóia.

O SR. SAMIR ACHÓIA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governador de São Paulo acaba de indicar para a Secretaria de Educação do meu Estado um ilustre desconhecido, que espero venha a dirigir muito bem aquela Pasta. O que me estarrece é a atitude reiterada de S. Ex^a em busca do desprestígio do Poder Legislativo e daqueles que o ajudaram a ser Governador.

Recentemente, o Governador Franco Montoro teve de demitir — ou compeli-lo a pedir exoneração — o Deputado federal Horácio Ortiz. Naquela oportunidade, segundo o Líder da bancada na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre e, segundo ainda, o Coordenador da bancada, Israel Dias-Novae, o Governador não tomaria nenhuma providência para substituição do Deputado que saía, sem que os ouvisse. O Governador nomeou para aquele cargo um técnico, deixando de cumprir a sua palavra. S. Ex^a afasta da Secretaria de Educação um ex-Ministro da República, homem ilustre, cujo passado demonstra o seu alto gabarito, mas que se envolveu em questões políticas regionais, no momento da greve dos professores.

Fez o Governador consultas à bancada, de início, alimentando a esperança de que um Deputado Federal iria ocupar aquela Pasta. Mas tomou sua decisão sem sequer dar um telefonema para a Liderança, para a coordenação da bancada ou para algum Deputado, desprezando — é este o ponto que quero realçar — os representantes de São Paulo nesta Casa.

Quero dizer que não dependo do Governador Franco Montoro. Lamento o Governo desastrado que S. Ex^a tem dado a São Paulo, e lamento principalmente pelos reflexos sobre o PMDB. Não devo nada ao Governador Franco Montoro, não lhe pedi nada, não participo do seu Governo. Também não sou dissidente, a não ser a dissidência decorrente do fato de descontentar S. Ex^a a opinião pública. E estou com a opinião pública, porque sou um Deputado independente. Mas não posso aceitar o fato de o Governador não cumprir sua palavra. Não posso considerar o Governador um homem de Partido, no momento em que ele desrespeita a bancada, os Deputados.

O Governador é tão benquisto — entre aspas — que, quando ataques contra ele são formulados neste Plenário e na Assembléia Legislativa, não encontra um defensor. O desrespeito praticado pelo hoje Governador, nomeando um chefe de gabinete de um Secretário forte de São Paulo, o Sr. José Serra, não pode passar sem reparo, porque o Governador foi eleito pelo conjunto de forças do Estado de São Paulo, que o guindaram à elevada posição de Governador do maior Estado do País. E S. Ex^a não tem o direito de desprestigiar, com o descumprimento de sua palavra, a sua bancada.

Quero apenas consignar que não vou aceitar mais atitudes de desrespeito do Governador aos Parlamentares — e acho que a bancada também não deve aceitá-las. Deve reagir ao modo pelo qual o Governador trata seus componentes. Repito que não dependo do Governador para nada; sequer pretendo seu apoio, se vier a ser candidato a um cargo, por que entendo que S. Ex^a não desfruta hoje de prestígio junto à opinião pública para fazê-lo merecedor da consideração da bancada do PMDB, partido majoritário no Estado de São Paulo.

Aqui fica o meu protesto contra o Governador, que — repito — desrespeita seus companheiros de Partido. Espero que eles reajam, à altura, contra o desrespeito do Governador Franco Montoro para com esta Casa e os seus componentes. Vou estar hoje com S. Ex^a caso ele compareça à reunião, e pretendo repetir, então, tudo o que estou dizendo aqui. Mas quero proclamar, de público, que o Governador Franco Montoro não tem cumprido com sua palavra, o que é lamentável para um homem público, principalmente aquele que governa o maior Estado desta República.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no início desta semana, fizemos, da tribuna desta Casa, uma denúncia que vamos ainda pormenorizar, sobre o assassinato, ocorrido em Volta Redonda, do Vereador Aristides Martins, do PMDB, em circunstâncias que até agora a Polícia não sabe explicar.

Agora, Sr. Presidente, acabamos de receber carta do Rotary Clube de Barra Mansa, com um apelo patético para que providências especiais sejam tomadas pelas autoridades constituídas, no sentido de melhor proteger nossa cidade, totalmente entregue à sanha de bandidos, assaltantes, assassinos e toda uma gama de marginais da sociedade. Onde está a Polícia, que tem, no mínimo, obrigação de proteger o cidadão comum de sua comunidade? Ela é paga para isto, e não podemos aceitar seu despreparo, em muitas vezes até descaso, nas suas mínimas obrigações. Exigimos do Sr. Governador providências para melhor aparelhar nosso corpo policial, tanto em material como em homens mais competentes.

Junto à carta que recebemos, veio cópia de outra que foi enviada ao Sr. Delegado de Polícia local, na qual se narra um acontecimento dos mais lamentáveis, ocorrido no centro da cidade, com total impunidade, até o momento, na residência de um particular amigo nosso e pessoa do mais alto conceito e estima de toda uma cidade. A carta está versada nos seguintes termos:

“O Rotary Club de Barra Mansa, entidade com 43 anos de existência e que congrega reais valores de todas as profissões locais, vem sofrendo diretamente, entre seus associados, as verdadeiras violências que caracterizam os dias difíceis que o nosso Município atravessa.

Pela terceira vez, volta o nosso clube a pedir a atenção de V. Sa. para a delicada e aflitiva situação a que está exposta toda a nossa sociedade.

Esta semana, às 9 horas da manhã, em plena Av. Domingos Mariano, o nosso companheiro Álvaro Régio Millen teve sua casa assaltada por dois bandidos. Passou por inúmeras afrontas, sendo, com sua senhora, filha, nora e empregada, sujeitos aos maiores desaforos, palavrões, empurrões, ameaças de revólver, faca e no fim serem roubados em alto valor de jóias e dinheiro.

Foi pedido o apoio da Polícia; entretanto até hoje nada foi esclarecido.

As portas e pontos de compra de ouro vêm proliferando em nossa cidade; com que razão ou finalidade, se a Caixa Econômica, que negocia honestamente nesse setor, está sempre de portas abertas?

Há qualquer coisa de irregular em tudo isto, pois, em Minas e interior de São Paulo, a Polícia age sempre com urgência, quando esse cancro de negócios escusos procura se fixar em suas cidades.

Pedimos observar, nas esquinas das ruas principais, meninos forçando a aceitação de anúncios e endereços de novos pontos de compra de ouro. Todos estamos sujeitos a esta situação e só poderemos apelar para a sua pessoa, que é, sem dúvida a quem devemos nos queixar quando a situação torna-se insustentável.

O nosso companheiro Álvaro Millen é homem de 76 anos, doente, anda amparado por bengala. É pessoa criada em Barra Mansa, onde, além de seu serviço profissional, dedicou suas melhores horas à sociedade local, como político, vereador, gerente da Caixa Econômica, comerciante, Presidente da ACIAP, e enfim, uma lista de serviços honrados que o faz merecedor de uma velhice tranquila.

Esperamos, todos nós do Rotary Club de Barra Mansa, que mais esta violência não fique sem esclarecimento. Atenciosamente — Francisco Junqueira Villela — Presidente.”

Idêntica providência foi tomada pela Associação Comercial Industrial AgroPastoril da cidade, mas a Polícia parece que está acuada, amedrontada ou despreparada e marginalizada pelo Estado, em nosso Município. O jornal da ACIAP, por dezenas de vezes, tem noticiado estas violências e pedido, de público, providências. O silêncio por parte da polícia é total, e não será possível tolerarmos mais a sua omissão em ocorrências que só lhe dizem respeito. Acordem, senhores policiais, antes que seja tarde.

Sr. Presidente, não sabemos a quem apelar. O Estado, hoje, não cumpre mais os preceitos constitucionais nem responde aos apelos daqueles que sofrem atentados desta monta, mas são os que mantêm a sua máquina, pagando cada dia mais impostos, para nada receber em troca.

Deixamos aqui o nosso alerta de que, a continuar esta incúria dos responsáveis pela segurança e pela ordem local, muito em breve a paciência do nosso povo, sempre ordeiro e pacato, se esgotará, e ele irá às ruas fazer justiça com suas próprias mãos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, que acrescenta parágrafo único ao art. 167 da Constituição Federal, estabelece:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Artigo único. O art. 167 da Constituição Federal passa a vigor acrescido de parágrafo único.

“Art. 167.

Parágrafo único. O percentual de aumento ou reajuste monetário, em seu valor absoluto, não pode, direta ou indiretamente, salvo mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das câmaras competentes, exceder o percentual de variação do salário mínimo:

- a) nas tarifas dos serviços públicos de telefonia, abastecimento de água e energia;
- b) nos impostos e taxas federais, estaduais e municipais;
- c) nas prestações de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.”

Sr. Presidente, mais de 360 Deputados e de 50 Senadores assinaram esta proposta. Se o País está realmente, enfrentando tantas dificuldades, é porque não consta desta Constituição elaborada por uma junta militar um texto como este. Se o País está, realmente, em dificuldades, é porque o custo de vida sobe e os salários não sobem. Estamos assistindo ao aumento do vencimento dos servidores na base de 60 a 70%; a uma inflação de 200%. Enquanto isso, o salário não acompanha a inflação.

Estamos chegando àquele ponto em que o Governo já está sentindo que, como sempre disse, na hora em que falta sardinha, tubarão morre de fome — e é o que está acontecendo. As vendas decresceram em São Paulo, 14%; na Bahia, 20%; em Minas Gerais, 14%. E se o Governo não abrir os olhos imediatamente, daqui a alguns dias não teremos condições de consumir o que produzimos. O cimento que custava seis mil cruzeiros, hoje já está a mil e oitocentos cruzeiros. O povo está perdendo o poder aquisitivo. Então, esta emenda vai evitar que haja determinados aumentos, como de água, luz e telefone, praticamente sem dar satisfação ao povo, sem dar satisfação ao Poder Legislativo. Com sua aprovação qualquer aumento, além do percentual de aumento do salário, tem de ter autorização do Poder Legislativo. O que vai acontecer é que, daqui a algum tempo, teremos, em relação às companhias de água e luz, o mesmo fracasso do BNH, que, da maneira como está sendo conduzido, realmente vai fechar as portas, porque não tem condições de manter essa quantidade de apartamentos e de casas entregues em massa. E por quê? Porque não houve critério. Quando do contrato de compra, estabeleceu-se que a prestação paga pelo mutuário acompanharia o vencimento, o salário, e o que aconteceu é que teve um aumento muito superior ao dos salários.

Nobres Deputados, esta emenda, que conta com 360 assinaturas, inclusive com o apoio do Deputado Samir Achôa, que faz parte desta Comissão, se aprovada — desafio aqui os meus nobres pares, e assumo com eles um compromisso — em seis ou sete meses resolverá o problema deste País. Se isto não acontecer, rasgarei desta tribuna o meu diploma de Deputado. Rasgarei meu diploma de Deputado — repito — se dentro de 6 ou 7 meses não consertarmos este País com esta emenda. Isso depende exclusivamente dos Deputados e dos Senadores,

porque vamos acabar, direta ou indiretamente, com esses aumentos absurdos de água, luz, telefone, com esses aumentos de impostos prediais de mil, dois mil por cento, enquanto o salário tem um aumento realmente irrisório.

Terminando, Sr. Presidente, espero que os meus colegas me ajudem nesta campanha. Esta emenda não me pertence, pertence ao Congresso Nacional; é a reabilitação deste Congresso, que há 20 anos, praticamente, está sob a tutela do regime militar, para o qual precisamos dar um basta, passando a legislar em matéria de nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eleitos pelo voto e demais funcionários desta Casa, eu havia preparado um pronunciamento a respeito do escândalo da Coroa-Brastel e da exigência da punição para seus responsáveis. Mas até que o meu partido, o PMDB, decida a respeito da punição do Deputado Jacó Lopes, de São Paulo, que hoje obteve 23 votos favoráveis à sua ação, na reunião do Diretório Nacional do Partido, não me sinto em condições ainda de falar sobre esta matéria, para cobrar do Governo punição e responsabilidade, quando, interna corporis, meu partido ainda não encontrou meios de punir atos como estes praticados em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma emissora de televisão divulgou ontem, a propósito de um dado indubitavelmente da mais alta gravidade, sem, no entanto, descer a detalhes, a notícia de que cerca de 20 milhões de dólares estariam depositados em contas numeradas em bancos da Suíça, e pertencentes a patriotas brasileiros, nesse caso, então, impatriotas.

O fato é que apresentei, no outro dia, à Câmara dos Deputados um projeto que objetiva a compeli-lo ao Governo Central, conforme modelo já estabelecido por outros países, a tomar conhecimento, juntamente com o seu povo, desses depósitos em bancos estrangeiros, feitos por brasileiros.

Na verdade, Sr. Presidente, a emissora de televisão não desceu a detalhes. Desde logo se percebe que cumpre seja verificado o fato. Por causa disso, encaminhei ao Presidente em exercício, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, telegrama solicitando a S. Ex.^a que, como Presidente, diligencie, de Governo para Governo, no sentido de conhecermos quais os brasileiros, políticos ou não, comerciantes, industriais, ou qualquer do povo deste País que tenha depósitos em moeda forte, na Suíça. Isso constitui um atentado contra a lei vigente; é realmente crime capitulado na Lei Penal Brasileira e, mais do que isso, representa enorme evasão de recursos. Se tudo isso for procedente, a poupança feita no exterior em moeda forte, desviando, portanto, os recursos pátrios, poderiam ser até maior, quem sabe, que a poupança interna. É um fato que causa preocupações a qualquer representante do povo que queira dignificar seu mandato. Ocorre também que, quando uma emissora de televisão anuncia que há 20 milhões de dólares depositados em bancos suíços nós, os 479 Srs. Deputados e os Srs. Senadores da República, devemos ficar preocupados. Qualquer do povo ignora se é este Deputado ora no uso da tribuna que tem depósitos no exterior; se é V. Ex.^a que preside esta Casa neste instante; se é o Presidente do Congresso Nacional, se é o Presidente da República, Aureliano Chaves, em exercício, se é o Ministro Antônio Delfim Netto, ou o Ministro do Planejamento. Então, acho lícito que se pretenda conhecer estes fatos. Por isso — e temos certeza

que o Presidente em exercício vai diligenciar nesse sentido — e só por isso mandei um telegrama a S. Ex.^a, pedindo que o faça, se o acordo entre os dois países assim o permitir. Mas pedi a S. Ex.^a que responda a este Deputado se há um acordo internacional que proíba ao Governo brasileiro conhecer esses depósitos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realizar-se-á amanhã, sob o patrocínio da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, um encontro das lideranças da lavoura orizícola. A finalidade dessa reunião, que terá a participação das autoridades governamentais estaduais vinculadas ao setor e das lideranças político-partidárias que acompanham o pleito reivindicatório dos produtores, é examinar uma carta ao agricultor brasileiro divulgada, há algum tempo, pelo então Ministro Amaury Stabile, sob as expensas da Companhia de Financiamento à Produção, a propósito da possibilidade real e efetiva de se intentar alguma medida, inclusive no plano judicial, acerca de ocorrências verificadas posteriormente, que resultaram profundamente danosas a esse expressivo setor da produção primária no Estado do Rio Grande do Sul.

Naquele documento, ao justificar o Ministro da Agricultura a eliminação do subsídio ao crédito agrícola, comprometia-se S. Ex.^a com a compensação, através da fixação — oportunamente, vale dizer — na safra imediata, de preços mínimos justos. O subsídio foi retirado, mas as outras medidas, publicamente anunciadas como compensadoras dessa providência, constatadas pela unanimidade dos produtores, não foram efetivadas.

A verdade é que a política agrícola do Governo não tem estimulado a produção de que tanto carece o País para a satisfação de suas necessidades e atendimento de seus compromissos externos, através da comercialização. Hoje, essa atividade, que já de per se é um contrato de risco com a natureza, também o é com o próprio Governo, cujos compromissos não estão sendo honrados nem mesmo com base nas enfáticas, mas insuficientes, afirmações oficiais, sempre reiteradas nas múltiplas oportunidades em que os encarregados da política agrícola têm acesso aos meios de comunicação.

Esse acontecimento de manhã por certo há de resultar em algumas conclusões necessárias ao desencadeamento de uma ação de expressão nacional, a fim de buscar, por via de uma pressão, que venha a ser exercida a modificação de pontos da política agrícola extremamente injustos e daninhos para a orizicultura, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o País.

Devo comparecer a esse conclave, designado que fui hoje pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados para, na condição de seu representante, ali acompanhar os trabalhos que serão realizados sob o patrocínio da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. De lá regressarei sobraçando as conclusões que forem adotadas, a fim de integrar não apenas a Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, mas a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional, num grande mutirão que deve ser exercido com vistas à modificação desse quadro que hoje não é nada auspicioso para os heróicos e perseverantes homens da produção primária deste País.

Era a comunicação que me cabia fazer para registrar esse momentoso acontecimento que terá lugar na capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 6, DE 1984-CN

Em 23 de maio de 1984

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1983, que “acrescenta artigos às disposições transitórias da Constituição Federal, para introduzir o governo parlamentar”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apreciação da matéria, que se encerra dia 25 de maio, e já prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias.

Outrossim, esclareço que, sendo a proposição de interesse relevante e atual, um maior período de tramitação, no âmbito desta Comissão, proporcionará estudos mais profundos sobre a mesma.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Deputado **Jorge Vianna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário é concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Sobre a Mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 24 de maio de 1984

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, de 1984, que “Acrescentam, modificam e suprimem dispositivos da Constituição Federal”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer que se encerra hoje.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Senador Aderbal Jurema, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Deputado **Jarbas Vasconcelos**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não dependendo este caso da deliberação do Plenário, esta Presidência defere a solicitação feita.

O Sr. Lélío Souza — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o Sr. Deputado Lélío Souza, para uma questão de ordem

O SR. LÉLIO SOUZA — Sr. Presidente, invocando dispositivo regimental, requeiro a V. Ex^a o encerramento

dos trabalhos pela evidente falta de **quorum** para a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência decidirá a questão de ordem de V. Ex^a Antes, porém, nos termos do art. 55, § 1º *in fine* da Constituição, convo-co sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 35 mi-

nutos, neste plenário, destinada à votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A questão de ordem levantada pelo ilustre Líder do PMDB tem toda procedência, e esta Presidência encerra a presente sessão

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 31 minutos.*)

Ata da 112ª Sessão Conjunta, em 23 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leonidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Márcio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia —

PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Os-mar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Milton Reis — PMDB; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS;

Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB.

Goias

Brasilio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 295 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.079, de 1983.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de *quorum*, peço a V. Ex^a que, na forma regimental, dê por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A questão de ordem do nobre Deputado tem procedência. Em virtude disso, a Presidência levanta e encerra a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOACIL PEREIRA NA SESSÃO DE 16-5-84, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN DE 17-5-84:

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: É com sincera consternação que eu registro o falecimento do Desembargador Sílvio Péllico Porto, ilustre pa-

raibano, fato este que ocorreu anteontem em São Paulo. Depois de submeter-se a uma operação cirúrgica, para extração de cálculos na vesícula, no pós-operatório ele teve um acidente cardíaco e morreu de um enfarte.

Era o desaparecido uma das figuras mais inteligentes da geração de 1945, a chamada geração da luta contra a ditadura, no meu Estado.

Formou-se bacharel em ciências jurídicas pela tradicional Faculdade de Direito de Recife, a "Casa de Tobias Barreto". Pertenceu à turma de Demócrito de Souza Filho e incorporou-se com os seus colegas de então àquela magnífica luta pela redemocratização do País.

Ingressou na UDN, a antiga União Democrática Nacional, onde fez vida pública e foi Deputado Estadual por esse Partido, depois Deputado Estadual por outras agremiações políticas, inclusive pelo PDC.

Com vários mandatos liderou a bancada governista ao tempo do então Governador Pedro Moreno Gondim, e foi seu Secretário de Interior e Justiça, tanto no período da interinidade como depois quando o mesmo se elegeu Governador.

Estava afastado da vida política, porque foi nomeado, desembargador, no Governo do Dr. Tarcísio Miranda Burty, hoje nosso colega na Câmara dos Deputados. Integrava, portanto, o corpo de juízes, de magistrados do nosso egrégio Tribunal de Justiça e ali deixou o sinal da sua cultura jurídica e da sua inteligência peregrina. Inclusive presidiu, por um período, o Tribunal Regional Eleitoral.

Era emérito professor de direito civil da Universidade Federal da Paraíba, consolidou, ali, a fama que granjeou como advogado de bom civilista.

Orador de vastos recursos, possuía, por outro lado, um temperamento ameno e cordial, encantando, ainda, pelos seus dotes de *causer* e pelo seu fino humor e a verve sadia do conversador.

O desaparecimento desse eminente paraibano encheu de tristeza todo o Estado. Eu, que privei da sua amizade desde os idos de 1944, faço com emoção o seu necrológio nesta sessão e peço mesmo que Vossa Excelência mande comunicar à família enlutada o pesar do Congresso Nacional pelo seu transpasse.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	..	Cr\$	3 000,00
Ano	..	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	..	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	..	Cr\$	3 000,00
Ano	..	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	..	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00